- anular o Quadro 9 de «Tolerâncias de verificação» do Anexo IX, na parte em que contém parâmetros incluídos no Anexo VI e que não são elencados no Anexo V, designadamente: «Eficácia total da rede η_{TM} », «Fator de conservação do fluxo luminoso (FL e HID)», «Fator de sobrevivência (LED e OLED)» e «Pureza de excitação»;
- condenar a Comissão nas despesas do presente processo.

Fundamentos e principais argumentos

No seu recurso, a recorrente pede a anulação do Regulamento Delegado (UE) 2019/2015 da Comissão ⁽¹⁾.

A recorrente invoca dois fundamentos de recurso.

1. No primeiro fundamento alega que o ato impugnado viola os artigos 3.º, 12.º e 16.º do Regulamento-Quadro ⁽²⁾ e que a Comissão agiu *ultra vires* ao introduzir requisitos inconsistentes no respeitante à documentação técnica que os fornecedores têm de carregar na base de dados e ao procedimento de verificação que as autoridades de fiscalização do mercado podem realizar.
1. No segundo fundamento alega que o ato impugnado viola os princípios da segurança jurídica e da igualdade de tratamento, por não instituir um quadro normativo claro e inequívoco, colocando os fornecedores na impossibilidade de determinarem as suas obrigações quanto aos dados a fornecer na documentação técnica e ao procedimento de verificação aplicável para avaliar a exatidão dos dados.

⁽¹⁾ Regulamento Delegado (UE) 2019/2015 da Comissão, de 11 de março de 2019, que complementa o Regulamento (UE) 2017/1369 do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante à etiquetagem energética das fontes de luz e que revoga o Regulamento Delegado (UE) n.º 874/2012 da Comissão (JO 2019, L 315, p. 68).

⁽²⁾ Regulamento (UE) 2017/1369 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2017, que estabelece um regime de etiquetagem energética e que revoga a Diretiva 2010/30/UE (JO 2017, L 198, p. 1).

Recurso interposto em 26 de fevereiro de 2020 — Applia/Comissão

(Processo T-141/20)

(2020/C 161/64)

Língua do processo: inglês

Partes

Recorrente: Applia — Home Appliance Europe (Woluwe-Saint-Lambert, Bélgica) (representantes: Y. Desmedt, L. Salernitano e K. Olsthoorn, advogados)

Recorrida: Comissão Europeia

Pedidos

A recorrente conclui pedindo que o Tribunal Geral se digne:

- anular as seguintes partes do ato impugnado: i) o terceiro parágrafo, 2), a), do Anexo IX, na parte em que dispõe que os «valores declarados» correspondem aos «valores indicados na documentação técnica»; e (iii) o terceiro parágrafo, 2), b), do Anexo IX;
- anular o Quadro 8 «As tolerâncias de verificação dos parâmetros medidos» do Anexo IX na parte em que contém parâmetros que são incluídos no Anexo VI e que não são elencados no Anexo V, designadamente: «E16, E32» e «Eaux»;
- condenar a Comissão nas despesas do presente processo.

Fundamentos e principais argumentos

No seu recurso, a recorrente pede a anulação do Regulamento Delegado (UE) 2019/2016 da Comissão ⁽¹⁾.

A recorrente invoca dois fundamentos de recurso.

1. No primeiro fundamento alega que o ato impugnado viola os artigos 3.º, 12.º e 16.º do Regulamento-Quadro ⁽²⁾ e que a Comissão agiu *ultra vires* ao introduzir requisitos inconsistentes no respeitante à documentação técnica que os fornecedores têm de carregar na base de dados e ao procedimento de verificação que as autoridades de fiscalização do mercado podem realizar.
2. No segundo fundamento alega que o ato impugnado viola os princípios da segurança jurídica e da igualdade de tratamento, por não instituir um quadro normativo claro e inequívoco, colocando os fornecedores na impossibilidade de determinarem as suas obrigações quanto aos dados a fornecer na documentação técnica e ao procedimento de verificação aplicável para avaliar a exatidão dos dados.

⁽¹⁾ Regulamento Delegado (UE) 2019/2016 da Comissão, de 11 de março de 2019, que complementa o Regulamento (UE) 2017/1369 do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante à etiquetagem energética dos aparelhos de refrigeração e que revoga o Regulamento Delegado (UE) n.º 1060/2010 da Comissão (JO 2019, L 315, p. 102).

⁽²⁾ Regulamento (UE) 2017/1369 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2017, que estabelece um regime de etiquetagem energética e que revoga a Diretiva 2010/30/UE (JO 2017, L 198, p. 1).

Recurso interposto em 26 de fevereiro de 2020 — Applia/Comissão

(Processo T-142/20)

(2020/C 161/65)

Língua do processo: inglês

Partes

Recorrente: Applia — Home Appliance Europe (Woluwe-Saint-Lambert, Bélgica) (representantes: Y. Desmedt, L. Salernitano e K. Olsthoorn, advogados)

Recorrida: Comissão Europeia

Pedidos

A recorrente conclui pedindo que o Tribunal Geral se digne:

- anular as seguintes partes do ato impugnado: i) o n.º 1, alínea b), do Anexo VI, na parte em que dispõe que «estes valores são considerados os valores declarados» para efeitos do procedimento de verificação do Anexo IX»; (ii) o terceiro parágrafo, 2), a), do Anexo IX, na parte em que dispõe que os «valores declarados» correspondem aos «valores indicados na documentação técnica»; e (iii) o terceiro parágrafo, 2), b), do Anexo IX;
- condenar a Comissão nas despesas do presente processo.

Fundamentos e principais argumentos

No seu recurso, a recorrente pede a anulação do Regulamento Delegado (UE) 2019/2017 da Comissão ⁽¹⁾.

A recorrente invoca dois fundamentos de recurso.

1. No primeiro fundamento alega que o ato impugnado viola os artigos 3.º, 12.º e 16.º do Regulamento-Quadro ⁽²⁾ e que a Comissão agiu *ultra vires* ao introduzir requisitos inconsistentes no respeitante à documentação técnica que os recorrentes têm de carregar na base de dados e ao procedimento de verificação que as autoridades de fiscalização do mercado podem realizar.